



ACADEPOL
ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA

CIÊNCIAS POLICIAIS *em* REVISTA

ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL DE SC

REVISTA ACADÊMICA - VOLUME 2

ISSN 2965-2243 - 2022





CIÊNCIAS POLICIAIS EM REVISTA
Vol. 2 – 2022

Delegado-Geral da Polícia Civil de Santa Catarina
Delegado Marcos Flavio Ghizoni Junior

Diretor da Academia de Polícia Civil de Santa Catarina
Delegado André Luiz Bermudez Pereira

Gerente de Ensino, Pesquisa e Extensão
Delegado Alan Pinheiro de Paula

Academia de Polícia Civil do Estado de Santa Catarina
Rod. Tertuliano Brito Xavier, 209 - Bairro Canasvieiras
CEP 88054-600, Florianópolis SC
(48) 3665-8078
Email: acadepol@pc.sc.gov.br

**CIÊNCIAS POLICIAIS EM REVISTA / ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA
– ACADEPOL**

Florianópolis/SC, v.2 2022

Ciências Policiais em Revista / Academia de Polícia Civil de Santa Catarina – ACADEPOL

Anual

1. Ciências Policiais. 2. Segurança Pública. 3. Polícia Judiciária. 4. Polícia Civil de Santa Catarina.

CDU 351.74
ISSN 2965-2243

Os artigos desta publicação são de exclusiva responsabilidade de seus respectivos autores, não cabendo qualquer responsabilidade legal sobre o seu conteúdo à Ciências Policiais em Revista ou à Academia de Polícia Civil do Estado de Santa Catarina. Os artigos podem ser reproduzidos total ou parcialmente, desde que a fonte seja devidamente citada e seu uso seja para fins acadêmicos.



CONSELHO EDITORIAL

DR. ALCEU DE OLIVEIRA PINTO JÚNIOR
UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ

DR. BENJAMIN LESSING
THE UNIVERSITY OF CHICAGO - EUA

DR. ALEXANDRE MORAIS DA ROSA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

DR. DIOGO PICCHIONI SOARES
ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA

DRA. ELISANGELA MELO REGHELIN
ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL DO RIO GRANDE DO SUL

DR. FELIPE DA VEIGA DIAS
IMED – PASSO FUNDO RS

DRA. GERTRUDES APARECIDA DANDOLINI
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

DR. JÁDEL DA SILVA JÚNIOR
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

DR. JOÃO ARTUR DE SOUZA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

DRA. LILIAN MILNITSKY STEIN
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

DRA. MÁIRA MARCHI GOMES
ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA

DRA. MÁRCIA CRISTIANE NUNES-SCARDUELI
ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA

DR. MARCOS ERICO HOFFMANN
ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA

DRA. MARIA CRISTINA D'ÁVILA DE CASTRO
ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA

DR. ROBERTO MORAES CRUZ
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

DR. RODRIGO BUENO GUSSO
ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA

DR. RUI CUNHA MARTINS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA – PORTUGAL

DRA. SOLANGE MARIA DA SILVA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

DR. THEOPHILOS RIFIOTIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

DR. WILLIAM WEBER CECCONELLO
IMED - PASSO FUNDO RS



Organizador

André Luiz Bermudez Pereira

Editor geral

Marcos Erico Hoffmann

Editor-assistente

Daniel Godoy Danesi

Capa e diagramação

Marcos De Faveri

Ciências Policiais em Revista

Periodicidade: Anual

ISSN 2965-2243

Contato: acadepol-revista@pc.sc.gov.br

Os artigos desta publicação são de exclusiva responsabilidade de seus respectivos autores, não cabendo qualquer responsabilidade legal sobre o seu conteúdo à Ciências Policiais em Revista ou à Academia de Polícia Civil do Estado de Santa Catarina. Os artigos podem ser reproduzidos total ou parcialmente, desde que a fonte seja devidamente citada e seu uso seja para fins acadêmicos.

EDITORIAL

Com a boa receptividade e o positivo impacto em virtude do lançamento da nossa “Ciências Policiais em Revista”, estamos agora publicando sua segunda edição. Graças à argúcia e à tenacidade dos policiais civis catarinenses, sedimentamos a resiliência da Revista, que veio para ficar.

Os artigos publicados nesta edição assentam a proposta do periódico, divulgando estudos atinentes às Ciências Policiais. Bem assim, encorajando ideias, reflexões, avanços teóricos e novas técnicas que possam contribuir com as lides dos profissionais de polícia.

Esta publicação reúne textos pautados em diversas questões contemporâneas, todas elas relacionadas ao fazer policial: o primeiro artigo trata das limitações da investigação referente a crimes que tenham sido praticados em ambiente virtual, cujo autor se encontra em país estrangeiro. Explana sobre o problema das imperfeições legislativas e apresenta algumas alternativas de identificação e de responsabilização extraterritorial dos mencionados autores.

O segundo texto versa sobre um dos maiores problemas que grassam no mundo das comunicações da atualidade, o fenômeno das chamadas *fake news*. Analisa em que medida a divulgação de notícias falsas interfere no desenvolvimento da investigação criminal, atividade-fim da Polícia Judiciária. Promove ainda várias outras importantes discussões sobre o tema, inclusive a respeito do limite que há entre o direito constitucional da liberdade de informação e a alteração da verdade dos fatos quando da divulgação de notícias falsas, discorrendo também sobre a colisão que se afigura entre a liberdade de informação e os direitos da personalidade.

O reconhecimento de pessoas no inquérito policial constitui o foco do terceiro estudo publicado. Discorre sobre o tema consoante a legislação brasileira e discute o reconhecimento na investigação criminal e os efeitos desse ato no processo judicial. Valeu-se de pesquisa bibliográfica e de dados coletados junto a policiais civis das divisões de investigação criminal de Santa Catarina. Culmina apresentando sugestões de melhorias na utilização das técnicas de reconhecimento de pessoas na investigação criminal.

O quarto artigo trata da preservação dos direitos humanos na divulgação de investigações policiais para a mídia, tendo em vista a presunção de inocência, condição que não pode ser sonogada por conta da investigação criminal. O estudo traz ainda reflexões acerca da regulamentação efetuada pela Polícia Civil de Santa Catarina referente à divulgação de resultados alcançados, bem como sobre a nova Lei de Abuso de Autoridade.

A problemática da seletividade indireta na atividade investigativa instaura a temática do quinto estudo da presente edição da Revista. Diante das históricas limitações encontradas pela Polícia Judiciária ao fazer cumprir suas funções, emerge a alternativa de investir em delegacias especializadas, sempre no intuito de promover avanços e modernização dos processos investigativos efetuados pela Polícia Civil de Santa Catarina.

O sexto artigo discorre a respeito da livre decisão técnico-jurídica por parte do delegado de polícia, enquanto primeiro garantidor da legalidade e da justiça. Ainda que não disponha de independência funcional, o delegado dispõe de autonomia para que suas análises possam configurar e subsidiar uma futura ação penal ou, ainda, um eventual arquivamento.

O estudo seguinte traz reflexões acerca do ciclo completo de polícia. Este sétimo capítulo questiona se tal alternativa possa contribuir para a modernização do



sistema de segurança pública no Brasil ou se representa riscos à estrutura democrática do Direito brasileiro. As análises vão desde a descrição de algumas modalidades de ciclos completos, até o apontamento de algumas medidas que possam ensejar caminhos para a viabilização da proposta.

O oitavo e último artigo da presente edição da Revista versa sobre a (in)condicionalidade da colaboração premiada como meio de investigação no Brasil. Analisa a legislação e efetua contrapontos com políticas criminais atualmente empreendidas, cujos resultados ainda não se afiguraram como eficazes.

Eventualmente, descortina-se como frustrante a abordagem de problemas sem uma correspondente solução definitiva ou término de impasses. Todavia, os assuntos podem e necessitam ser estudados, ainda que seja para alavancar propostas ou encaminhar soluções. É esta a missão de uma publicação científica. Ciências Policiais em Revista está comprometida neste mister.

A todo(a)s, uma ótima leitura!

Florianópolis SC, 15 de outubro de 2022.

André Luiz Bermudez Pereira, Me.
Delegado de Polícia, Diretor da ACADEPOL
Organizador

Marcos Erico Hoffmann, Dr.
Psicólogo Policial Civil
Editor geral



Sumário

A INVESTIGAÇÃO DE CRIMES PRATICADOS EM AMBIENTE VIRTUAL: ANÁLISE LEGAL E LIMITES INVESTIGATÓRIOS DA AUTORIA DELITIVA ESTRANGEIRA COM REFLEXOS DO DELITO NO BRASIL	7
A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NA ERA DAS <i>FAKE NEWS</i>	21
RECONHECIMENTO DE PESSOAS NO INQUÉRITO POLICIAL: ASPECTOS LEGAIS E OTIMIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO A PARTIR DO CONHECIMENTO SOBRE A MEMÓRIA	42
O PRINCÍPIO DE PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E A DIVULGAÇÃO DE INVESTIGAÇÕES POLICIAIS À MÍDIA	67
A INFLUÊNCIA DA SELETIVIDADE INDIRETA NA ATIVIDADE INVESTIGATIVA DA POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA	84
OS LIMITES DA ANÁLISE TÉCNICO-JURÍDICA DO DELEGADO DE POLÍCIA	100
CICLO COMPLETO DE POLÍCIA: PRESSUPOSTO DE MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL OU RETROCESSO DEMOCRÁTICO?	113
(IN)CONDICIONALIDADE DA COLABORAÇÃO PREMIADA COMO MEIO DE INVESTIGAÇÃO	128